

## **A Comissão avalia as acções desenvolvidas por Portugal para corrigir a situação de défice excessivo até 2008**

***A Comissão Europeia considera que Portugal se encontra no bom caminho para corrigir o seu défice público excessivo até 2008, conforme recomendado pelo Conselho em Setembro de 2005, desde que aplique plenamente o orçamento de 2006 e desenvolva uma estratégia de consolidação orçamental rigorosa em 2007 e nos anos seguintes. De momento, não parecem ser necessárias mais recomendações no âmbito do procedimento relativo aos défices excessivos. Mas a Comissão continuará a acompanhar atentamente a situação, tendo em conta as incertezas e riscos significativos que envolvem a execução do orçamento.***

*"Portugal adoptou, desde meados de 2005, um extenso e corajoso pacote de medidas destinado a reduzir o défice excessivo, mas subsistem ainda incertezas e riscos significativos, especialmente devido ao facto de algumas medidas importantes ainda terem de ser aplicadas. É necessário intensificar os esforços de consolidação, particularmente no que diz respeito às despesas, a fim de permitir o restabelecimento da solidez e rigor das finanças públicas como uma condição prévia para um maior e mais importante crescimento económico e para a criação de emprego", afirmou Joaquín Almunia, Comissário da UE responsável pelos assuntos económicos e monetários.*

A 20 de Setembro de 2005, o Conselho concluiu pela existência de um défice excessivo em Portugal e recomendou ao Governo português a adopção de medidas, até 19 de Março de 2006, para travar "a deterioração da situação orçamental em 2005" e "para concretizar uma correcção sustentada e determinante do défice estrutural [o défice corrigido das variações cíclicas, excluindo as medidas pontuais e outras medidas temporárias], através de [uma redução do défice] de 1 ½% do PIB em 2006, seguida por um decréscimo adicional significativo de, pelo menos, ¾% do PIB em cada um dos dois anos subseqüentes". O Conselho convidou igualmente as autoridades portuguesas a: "conter e reduzir as despesas nos próximos anos; aproveitar todas as oportunidades para acelerar a diminuição do défice orçamental e estar preparadas para adoptarem as medidas adicionais que eventualmente se imponham para concretizar a correcção da situação de défice excessivo até 2008". O Conselho solicitou a Portugal que assegure "que o rácio da dívida pública bruta passe para uma trajectória claramente descendente e se aproxime do valor de referência a um ritmo satisfatório". Finalmente, o Conselho convidou as autoridades portuguesas a "introduzir uma melhoria adicional na recolha e no tratamento das estatísticas relativas ao sector público administrativo" e a equilibrar o orçamento a médio prazo.

Numa Comunicação ao Conselho adoptada hoje, a Comissão considera que as medidas tomadas por Portugal constituem progressos adequados para a correcção do défice excessivo dentro do prazo fixado. Em especial, Portugal: (i) alcançou o objectivo em matéria de défice para 2005 (6% do PIB); (ii) adoptou um pacote abrangente de medidas correctivas cuja plena implementação deverá permitir a concretização do ajustamento estrutural necessário no presente ano; (iii) confirmou o objectivo de um défice para 2008 inferior a 3% do PIB e de uma trajectória de ajustamento estrutural em conformidade com a recomendação do Conselho; (iv) implementou reformas das despesas e cumpriu os seus objectivos orçamentais apesar de perspectivas de crescimento do PIB menos favoráveis; (v) prevê o regresso da dívida pública a uma trajectória descendente a partir de 2008 e (vi) tomou medidas para a melhoria das estatísticas.

Portugal aumentou nomeadamente a sua taxa normal do IVA de 19% para 21%, aumentou os impostos sobre o petróleo e os produtos do tabaco e melhorou a cobrança de receitas fiscais, algo que já está a produzir efeitos. O orçamento de 2006 visa também a estabilização das despesas em termos reais, designadamente através do congelamento das transferências para as administrações locais, de regras mais rigorosas para a contratação de funcionários públicos, bem como do congelamento das promoções automáticas do pessoal. Entre as medidas de carácter mais permanente contam-se a eliminação progressiva do regime de pensões dos funcionários públicos e a sua integração no regime geral, bem como reduções das despesas no domínio da saúde.

Embora subsistam incertezas quanto à eficácia das medidas e aos mecanismos de contenção das despesas, os dados preliminares sobre a execução orçamental sugerem que, até à data, os planos têm sido largamente cumpridos este ano.

Em consequência, a Comissão considera que, neste momento, não é necessária a adopção de outras medidas no âmbito do procedimento relativo ao défice excessivo. Simultaneamente, a Comissão salienta a existência de incertezas e riscos significativos quanto à realização do objectivo de correcção do défice excessivo até 2008 – sendo a principal condicionante que os resultados orçamentais apenas poderão ser atingidos caso todas as medidas correctivas anunciadas sejam efectivamente implementadas. A Comissão lembra que, caso as medidas previstas se revelem ineficazes, serão necessárias outras medidas correctivas com vista à realização dos objectivos orçamentais. A Comissão continuará a acompanhar atentamente a evolução orçamental em Portugal, tendo designadamente em conta a fragilidade das suas finanças públicas.

A Comunicação da Comissão ao Conselho está disponível no seguinte endereço:  
[http://www.europa.eu.int/comm/economy\\_finance/about/activities/sgp/edp/edppt\\_en.htm](http://www.europa.eu.int/comm/economy_finance/about/activities/sgp/edp/edppt_en.htm)

O quadro seguinte compara os objectivos orçamentais de Portugal constantes dos Programas de Estabilidade de Dezembro e Junho de 2005, bem como as previsões económicas da Primavera dos serviços da Comissão, de 8 de Maio do presente ano.

### Comparison of key macroeconomic and budgetary projections

		2004	2005	2006	2007	2008	2009
Real GDP (% change)	<b>SP Dec 2005</b>	1.2	0.5	1.1	1.8	2.4	3.0
	Spring forecasts	1.1	0.3	0.9	1.1	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i>	1.0	0.8	1.4	2.2	2.6	3.0
HICP inflation (%)	<b>SP Dec 2005</b>	2.4	2.3	2.3	2.2	2.2	2.1
	Spring forecasts	2.5	2.1	2.7	2.4	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i>	2.5	2.5	2.9	2.5	2.5	2.4
Output gap (% of potential GDP)	<b>SP Dec 2005</b> <sup>1</sup>	<b>-1.5</b>	<b>-2.3</b>	<b>-2.7</b>	<b>-2.5</b>	<b>-1.8</b>	<b>-0.7</b>
	Spring forecasts <sup>6</sup>	-1.2	-1.9	-2.2	-2.3	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i> <sup>1</sup>	-2.1	-2.7	-2.8	-2.3	-1.6	-0.7
General government balance (% of GDP)	<b>SP Dec 2005</b>	<b>-3.0</b>	<b>-6.0</b>	<b>-4.6</b>	<b>-3.7</b>	<b>-2.6</b>	<b>-1.5</b>
	Spring forecasts	-3.2	-6.0	-5.0	-4.9	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i>	-2.9	-6.2	-4.8	-3.9	-2.8	-1.6
Primary balance (% of GDP)	<b>SP Dec 2005</b>	-0.3	-3.2	-1.7	-0.6	0.6	1.5
	Spring forecasts	-0.5	-3.3	-2.1	-1.8	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i>	-0.1	-3.3	-1.6	-0.5	0.7	1.8
Cyclically-adjusted balance (% of GDP)	<b>SP Dec 2005</b> <sup>1</sup>	<b>-2.3</b>	<b>-5.0</b>	<b>-3.4</b>	<b>-2.6</b>	<b>-1.8</b>	<b>-1.2</b>
	Spring forecasts	-2.7	-5.1	-4.0	-3.8	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i> <sup>1</sup>	-2.2	-5.3	-3.8	-3.1	-2.3	-1.4
Structural balance <sup>2</sup> (% of GDP)	<b>SP Dec 2005</b> <sup>3</sup>	<b>n.a.</b>	<b>-5.0</b>	<b>-3.4</b>	<b>-2.6</b>	<b>-1.8</b>	<b>-1.2</b>
	Spring forecasts <sup>4</sup>	-4.8	-5.2	-4.1	-3.9	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i> <sup>5</sup>	-4.5	-5.5	-3.8	-3.1	-2.3	-1.4
Government gross debt (% of GDP)	<b>SP Dec 2005</b>	59.4	65.5	68.7	69.3	68.4	66.2
	Spring forecasts	58.7	63.9	68.4	70.6	n.a.	n.a.
	<i>SP Jun 2005</i>	61.9	66.5	67.5	67.8	66.8	64.5

**Notes:**

<sup>1</sup>Commission services calculations on the basis of the information in the programme.

<sup>2</sup>Cyclically-adjusted balance (as in the previous rows) excluding one-off and other temporary measures.

<sup>3</sup>There are no one-off and other temporary measures in the programme.

<sup>4</sup>One-off and other temporary measures taken from the Commission services' spring 2006 forecast: 2.1% of GDP in 2004, 0.1% of GDP in 2005 and 0.1% of GDP in 2006 and 0.1% of GDP in 2007; all deficit-reducing.

<sup>5</sup>One-off operations taken from the June 2005 programme: 2.3% of GDP in 2004 and 0.2% of GDP in 2005; all deficit-reducing.

<sup>6</sup>Based on estimated potential growth of 1.3%, 1.1%, 1.2% and 1.4% respectively in the period 2004-2007.

\*Private consumption deflator

**Source:**

Stability programme (SP); Commission services' spring 2006 economic forecasts (COM); Commission services' calculations